



XV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO



PROVA OBJETIVA SELETIVA - CADERNO DE QUESTÕES INSTRUÇÕES

A prova objetiva seletiva é composta de 100 (cem) questões, dividida em 3 (três) blocos, sendo 35 (trinta e cinco) questões para os blocos I e II e 30 (trinta) questões para o bloco III. Será considerado habilitado nesta prova o candidato que obtiver o mínimo de 30% (trinta por cento) de acertos das questões de cada bloco e a média final de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acertos do total referente à soma algébrica das notas dos três blocos (art. 41 do Regulamento).

Cada candidato receberá um caderno de questões e uma folha de respostas.

O caderno de questões possui 46 páginas (numeradas de 1 a 46), devendo ser conferido pelo candidato antes do início da prova.

As anotações no caderno de questões não serão consideradas para qualquer efeito. As respostas deverão ser marcadas na folha de respostas, em espaço próprio, **somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul indelével.**

A folha de respostas tem o espaço reservado para responder às 100 (cem) questões da prova, sendo o único documento válido para a correção de sua prova.

A marcação de mais de uma alternativa por questão da prova, na folha de respostas, anula a resposta.

Nesta prova **NÃO** será permitida qualquer forma de consulta. A transgressão importará na eliminação do candidato no ato.

A prova terá duração de 05 (cinco) horas improrrogáveis.

O candidato, ao término da prova, devolverá o caderno de questões e a folha de respostas ao coordenador da sala.



BLOCO I

1. Em relação ao ordenamento constitucional vigente no País, assinale a alternativa correta.
 - (a) Compete privativamente à União legislar sobre as Juntas Comerciais.
 - (b) Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro.
 - (c) O duplo grau de jurisdição é garantia fundamental assegurada expressamente na Constituição Federal, tendo sido apenas ratificada pela Convenção Americana de Direitos Humanos.
 - (d) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, aplica-se ao processo objetivo de controle abstrato de constitucionalidade a norma inscrita no art. 188 do Código de Processo Civil que prevê prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
 - (e) O cidadão português com residência permanente no Brasil, não pode ser extraditado, porque a ele são atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro.

2. Assinale a alternativa correta.
 - (a) É admissível a destinação de recursos públicos para auxílio às instituições privadas que explorem, com fins lucrativos, a assistência a saúde.
 - (b) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio a inclusão e a promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida.
 - (c) A participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde só se pode dar de forma indireta.
 - (d) Não compete ao Sistema Único de Saúde executar ações de vigilância sanitária e epidemiológica.
 - (e) É admissível o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, na qualidade de patrocinador, ainda que a sua contribuição exceda a do segurado.

3. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
 - I. As disposições constitucionais transitórias são de eficácia limitada, porque a sua aplicação depende de norma regulamentadora.
 - II. As normas constitucionais programáticas são normas de eficácia limitada, porque o seu conteúdo pode ser restringido por normas infraconstitucionais.
 - III. Os tratados e as convenções internacionais situam-se, no sistema jurídico brasileiro, no mesmo plano de validade e eficácia das leis ordinárias.
 - IV. Uma lei que tenha sido elaborada em desacordo com o processo legislativo previsto na Constituição sob cuja vigência foi editada, mas que, até o advento da nova Constituição, não foi objeto de arguição de inconstitucionalidade, não pode ser recepcionada por esta, ainda que com ela guarde compatibilidade material.
 - V. As normas infraconstitucionais anteriores à nova Constituição que sejam materialmente compatíveis são por ela recepcionadas.
 - (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas IV e V.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.



4. Considerando os atos normativos abaixo, assinale a alternativa que relaciona aquele(s) que pode(m) ser objeto(s) de controle concentrado de constitucionalidade.
- I. As instruções normativas editadas pelas autoridades federais.
 - II. As convenções coletivas de trabalho, dado o seu caráter normativo.
 - III. O decreto legislativo federal expedido para sustar determinada licitação, destinada à compra de material escolar por órgão da União.
 - IV. O decreto legislativo ratificador de tratado internacional.
- (a) Apenas o ato normativo mencionado no item III.
(b) Apenas o ato normativo mencionado no item IV.
(c) Apenas os atos normativos mencionados nos itens II e III.
(d) Apenas os atos normativos mencionados nos itens II e IV.
(e) Apenas os atos normativos mencionados nos itens I, III e IV.
5. Considerando o sistema constitucional brasileiro vigente, assinale a alternativa INCORRETA.
- (a) O poder constituinte originário não pode ser exercido na vigência de estado de sítio.
 - (b) Não há como opor direito adquirido à manifestação do poder constituinte originário.
 - (c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o preâmbulo da Constituição não contém normas constitucionais de valor jurídico autônomo, nem serve de paradigma comparativo para a declaração de inconstitucionalidade.
 - (d) O poder constituinte reformador pode manifestar-se a qualquer momento, desde que observe as limitações impostas pelo constituinte.
 - (e) Para fins de extradição, o ordenamento jurídico brasileiro não exige que a ordem de prisão do extraditando haja sido expedida por autoridade integrante do Poder Judiciário, senão apenas por autoridade que tenha competência para fazê-lo nos termos da lei do Estado requerente.
6. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Podem propor Ação Direta de Inconstitucionalidade a Mesa da Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
 - II. A decisão do Tribunal de Justiça local em controle abstrato de lei municipal em face da Constituição Estadual não enseja a interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, intérprete máximo da Constituição Federal. Contudo, excepcionalmente, se o parâmetro da Constituição Estadual for uma norma constitucional de observância obrigatória pelos Estados-membros, o Supremo Tribunal Federal poderá ser instado a pronunciar-se, em sede de recurso extraordinário, sobre a interpretação da lei questionada perante a Constituição Federal.
 - III. Todos os partidos políticos têm legitimidade para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
 - IV. Conquanto a estrita observância do postulado da reserva de plenário atue como pressuposto de validade e eficácia jurídica da declaração jurisdicional de inconstitucionalidade, a exigência constitucional não se impõe nas hipóteses em que a decisão é proferida por Turma Recursal de Juizados Especiais Federais.
 - V. Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.



- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, IV e V.
- (e) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e V.

7. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelo Estado, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- II. Constituem patrimônio nacional a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
- III. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.
- IV. São bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, alcançando áreas de aldeamentos extintos, desde que habitados por indígenas em passado remoto.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

8. Dadas as assertivas abaixo, assinale a resposta correta.

- I. Não cabe aos Municípios legislar sobre matéria de competência normativa concorrente da União, dos Estados-membros e do Distrito Federal.
- II. A Polícia Militar do Distrito Federal é mantida pela União e está diretamente subordinada ao Gabinete Militar da Presidência da República.
- III. O processo legislativo federal compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
- IV. A guarda municipal destina-se à proteção dos bens e da população do Município e à preservação da ordem pública local, inclusive do trânsito.
- V. O tombamento de um bem de valor histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, transfere à União o dever jurídico de protegê-lo com exclusividade.

- (a) Está correta apenas a assertiva III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.



9. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (a) Antes de vencido o prazo, dependerá de decisão judicial o cancelamento da concessão do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- (b) Na vigência do estado de sítio, decretado em situação de estado de guerra, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: obrigação de permanência em localidade determinada; detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns; restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão; suspensão da liberdade de reunião e busca e apreensão em domicílio.
- (c) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou a entidade.
- (d) O oficial militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.
- (e) Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas e a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação, bem como assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, confessional ou filantrópica, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

10. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A decisão do Tribunal de Justiça de não encaminhar o pedido de intervenção ao Supremo Tribunal Federal não enseja recurso extraordinário, visto que se trata de decisão de caráter administrativo.
 - II. A criação de Tribunal de Justiça Militar é decisão soberana do poder constituinte estadual.
 - III. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
 - IV. Em caso de descumprimento de decisão judicial, a intervenção federal poderá ser decretada pelo Presidente da República, após requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho ou do Tribunal Superior Eleitoral.
 - V. Lei complementar federal poderá autorizar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa da União.
- (a) Está correta apenas a assertiva II.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.



11. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. A aposentadoria por idade é igual a 70% (setenta por cento) do salário de benefício, mais 1% (um por cento) deste por grupo de 12 (doze) contribuições, não podendo ultrapassar 100% (cem por cento) do salário de benefício.
 - II. Na aposentadoria por idade, é opcional a aplicação do fator previdenciário.
 - III. A aposentadoria compulsória é aquela requerida pela empresa quando o segurado empregado completa 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos, se do sexo feminino.
 - IV. Não incide o cálculo do fator previdenciário nas aposentadorias especial e por invalidez.
- (a) Está correta apenas a assertiva I.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.
12. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Não mais existe limite etário legal para dispensa da obrigação de exames clínicos para constatação de que ainda se mantém a condição de invalidez.
 - II. É possível a concessão de aposentadoria rural por idade aos 65 anos de idade, se homem, e 60 anos, se mulher, com a consideração de períodos de contribuição sob outras categorias de segurado, além da atividade rural.
 - III. O trabalhador que deixa de contribuir para a Previdência Social em razão de estar incapacitado para o trabalho não perde a qualidade de segurado.
 - IV. A data de início do benefício por incapacidade é a data de início da doença.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.
13. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. O segurado residente em município que não é sede de Vara Federal ou Comarca da Justiça Estadual pode optar por promover a ação previdenciária na Comarca que compreende jurisdicionalmente seu município.
 - II. Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em ação de benefício previdenciário, pode o juiz reconhecer de ofício incompetência territorial.
 - III. Não havendo Vara Federal, poderá a ação previdenciária ser proposta no Juizado Especial Estadual para as causas até sessenta salários mínimos.
 - IV. Nas ações de natureza previdenciária e assistencial, a competência é concorrente entre os Juizados Federais da Subseção Judiciária e os da sede da Seção Judiciária.
- (a) Está correta apenas a assertiva I.
 - (b) Está correta apenas a assertiva III.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - (e) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.



14. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. O tempo de serviço não fictício é computado como tempo de contribuição para o período anterior à Emenda Constitucional nº 20/1998.
 - II. As contribuições recolhidas em razão de trabalho como empresário, autônomo ou equiparado, de período anterior à filiação, não são computadas para fins de carência.
 - III. O segurado facultativo de baixa renda não poderá computar as contribuições com alíquota reduzida para a aposentadoria por tempo de contribuição.
 - IV. O tempo de trabalho rural prestado antes da Lei nº 8.213/1991 pode ser computado ao servidor estatutário independentemente do recolhimento de contribuições previdenciárias pertinentes ao período.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
(b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
(c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
(d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
(e) Estão corretas todas as assertivas.
15. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. A Previdência Social brasileira funciona em regime de repartição, regendo-se, dentre outros, pelo princípio da universalidade, asseguradas, ainda, a irredutibilidade dos benefícios e garantido o valor da renda mensal, para todos os benefícios, não inferior ao salário mínimo.
 - II. Em razão da retroatividade mínima ínsita às normas de direito previdenciário, segundo a qual têm elas vigência imediata, alcançando os efeitos futuros de fatos passados, alterada a forma de cálculo da renda mensal inicial, os valores dos benefícios em manutenção devem sofrer, para o futuro, os reflexos da nova lei.
 - III. A Previdência Social compreende o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social, o qual somente pode ser regulado por lei complementar.
 - IV. Integram o orçamento da Seguridade Social as receitas das contribuições sociais e as receitas de outras fontes, incluídas nesta última categoria, entre outras, as multas, a atualização monetária e os juros moratórios.
 - V. As contribuições devidas pelos segurados contribuintes individuais integram o orçamento da Seguridade Social, e o salário de contribuição, no caso, é representado pela remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, sem limite máximo, pois este só deve ser observado quando o salário de contribuição é computado para fins de cálculo da renda mensal de benefício previdenciário.
- (a) Está correta apenas a assertiva I.
(b) Está correta apenas a assertiva V.
(c) Estão corretas apenas as assertivas II e V.
(d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
(e) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e IV.



16. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal ocupantes de cargos públicos estão necessariamente submetidos a regime jurídico único, de modo que estão todos excluídos do Regime Geral de Previdência Social estabelecido pela Lei nº 8.213/1991.
 - II. O não brasileiro com residência permanente no Brasil, que presta serviços no Brasil, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social do Brasil, mesmo quando desempenha sua atividade junto a órgão subordinado a repartição consular de carreira estrangeira.
 - III. A qualidade de segurado, como regra, é mantida pelo prazo de seis meses após o licenciamento para os conscritos, prevendo a Lei nº 8.213/1991 o acréscimo de doze meses do período de graça caso comprovado acometimento por doença de segregação compulsória.
 - IV. Segundo o entendimento predominante na 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, demonstrada a situação de desemprego pela cessação do vínculo na Carteira de Trabalho sem nova anotação, com ratificação por outras provas, dentre as quais permitida a testemunhal, o período de graça é acrescido de doze meses.
 - V. No Regime Geral de Previdência Social, extingue-se o direito à pensão por morte do dependente que atinge 21 anos de idade, salvo se estudante de curso superior, observado nesse caso o limite de 24 anos, na linha de precedentes do Superior Tribunal de Justiça.
- (a) Está correta apenas a assertiva I.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas III e V.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
 - (e) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.

17. Fulano de Tal contribuiu de forma intercalada para o Regime Geral de Previdência Social como autônomo/contribuinte individual por alguns anos entre 1962 e 1993 e depois deixou de ter qualquer vínculo. Em abril de 2009, sofreu um acidente que o deixou sem movimento nos membros inferiores.

Considerando a situação descrita, dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A despeito de não mais ostentar a condição de segurado da Previdência Social, Fulano de Tal pode ter direito à concessão de benefício assistencial, nos termos da Lei nº 8.742/1993 (Loas), desde que não possua meios de prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família e que sua deficiência, mesmo que temporária, caracterize impedimento de longo prazo.
- II. Desde que não possua meios de prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família, Fulano de Tal, atualmente com 61 anos de idade, tem direito à concessão de benefício assistencial independentemente de sua condição de saúde, pois já é considerado idoso pela Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).
- III. Caso tenha recolhido cento e oitenta contribuições mensais até 1993, e a sua incapacidade seja definitiva, Fulano de Tal tem direito à concessão de aposentadoria por invalidez em razão do acidente que ocorreu em 2009, a despeito de não mais ostentar a condição de segurado, pois a obtenção do referido benefício independe de carência.



- IV. Como a concessão de aposentadoria por idade não pressupõe o preenchimento simultâneo dos requisitos inerentes ao benefício, Fulano de Tal, independentemente de sua condição de saúde, ao completar 65 anos, terá direito à concessão de aposentadoria por idade, caso tenha recolhido, mesmo que de forma intercalada, cento e oitenta contribuições até 1993.
- V. Caso Fulano de Tal tivesse falecido em razão das lesões sofridas no acidente ocorrido em 2009, sua esposa, que é sua dependente presumida, teria direito à concessão de pensão por morte, a despeito de ele não mais ostentar a condição de segurado na data do óbito, desde que ele tivesse na ocasião 65 anos de idade e houvesse recolhido cento e oitenta contribuições mensais até 1993, mesmo que de forma intercalada.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
(b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
(c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
(d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
(e) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.

18. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Na apuração do salário de benefício da aposentadoria por tempo de contribuição deferida no regime da Lei nº 9.876/1999 (Lei que instituiu o fator previdenciário), toma-se por base a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário, este obtido a partir das variáveis idade, expectativa de sobrevida e tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo fórmula constante em anexo da Lei nº 8.213/1991.
- II. Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no caso de conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, na apuração do salário de benefício, a duração do benefício antecedente será contada considerando-se como salário de contribuição, no período, o salário de benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral.
- III. No caso de um benefício deferido em janeiro de 1996, com período básico de cálculo apurado com base em 36 contribuições descontínuas no período máximo de 48 meses, a aplicação da variação integral do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na atualização dos salários de contribuição somente é cabível se a referida competência (fevereiro/94) integrar o PBC (período básico de cálculo).
- IV. Na hipótese de a média prevista no artigo 29 da Lei nº 8.213/1991 (que dispõe sobre o salário de benefício) resultar superior ao limite máximo do salário de contribuição vigente no mês de início do benefício, a diferença percentual entre essa média e o referido limite será incorporada ao valor do benefício juntamente com o primeiro reajuste após a concessão, sem prejuízo de recuperação de eventuais resíduos nos reajustes posteriores, observado, todavia, que, para fins de pagamento, nenhum benefício assim reajustado poderá superar o limite máximo do salário de contribuição vigente na respectiva competência.
- V. O fenômeno inflacionário atinge a todos de maneira idêntica, uma vez que a correção monetária nada mais faz do que recompor o valor de compra da moeda, mas o reajuste da renda mensal inicial dos benefícios deferidos sob a égide da Lei nº 8.213/1991 se dá de forma proporcional, considerando as respectivas datas de início.



- (a) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III, IV e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

19. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. São imprescritíveis, de acordo com a Constituição Federal, a prática da tortura, a prática do racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito.
- II. Nos crimes de omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, a prova de dificuldades financeiras, como causa supralegal de inexigibilidade de conduta diversa, que exclui a culpabilidade, pode ser feita por meio de documentos, sendo desnecessária a realização de perícia, conforme entendimento jurisprudencial.
- III. De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, a natureza do estelionato contra a Previdência Social daquele que auferir a vantagem indevida é de crime instantâneo com efeitos permanentes, cujo lapso prescricional tem início com o pagamento da primeira vantagem indevida.
- IV. Consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não há falar em prescrição da pretensão punitiva estatal após o julgamento em segundo grau de jurisdição quando os recursos especial e extraordinário não são admitidos na origem, porque inadmissíveis, e tais decisões são mantidas pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.
- V. O acórdão condenatório que reforma sentença penal absolutória reveste-se de eficácia interruptiva da prescrição penal.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e V.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, IV e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

20. Assinale a alternativa correta.

- (a) O regime aberto baseia-se na autodisciplina e no senso de responsabilidade do condenado, que deve trabalhar ou frequentar curso fora do estabelecimento prisional, podendo cumprir pena restritiva de direito, em substituição à privativa de liberdade, como condição especial imposta pelo juiz.
- (b) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos, limite esse que, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, deve ser observado para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou o regime mais favorável de execução.
- (c) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional o artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos), que determina o cumprimento da pena em regime integralmente fechado, competindo ao juiz da condenação analisar os requisitos objetivos e subjetivos previstos na Lei de Execuções Penais quanto à possibilidade de progressão para regime menos severo, ainda que de forma superveniente ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória.



- (d) Considera-se requisito objetivo para a progressão de regime o cumprimento de 1/6 da pena no regime inicial fixado na sentença penal condenatória, salvo no caso dos crimes hediondos, para os quais o legislador estabeleceu, em qualquer hipótese, o cumprimento mínimo de 2/5 da pena.
- (e) A progressão de um regime prisional a outro, segundo a lei de execução penal, deve ser gradativa, inadmitindo-se, de acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, a denominada progressão *per saltum*.

21. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a subtração de valores de conta bancária por meio de cartão magnético supostamente clonado assemelha-se à fraude eletrônica realizada por intermédio da Internet para subtração de valores, mediante transferência de numerários de conta corrente sob a guarda de instituição financeira, ambas condutas enquadradas como crime de furto mediante fraude, previsto no artigo 155, § 4º, II do Código Penal.
- II. Ocorre o crime de bando ou quadrilha ainda que seja declarada a extinção da punibilidade de um corréu pela prescrição etária, porquanto a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não exige a condenação de todos os acusados para a configuração do crime, bastando, para tanto, a comprovação da existência do vínculo associativo entre quatro ou mais agentes.
- III. O Código Penal, na parte especial, estabelece causa de isenção de pena, conhecida como escusa absolutória, a quem praticar qualquer dos crimes previstos no Título dos Crimes contra o Patrimônio, em prejuízo de cônjuge, ascendente ou descendente.
- IV. Em relação aos crimes contra a honra, à exceção da calúnia, a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador, segundo a lei penal, caracteriza exclusão do crime, também denominada imunidade judiciária.
- V. Ao estelionato privilegiado, como no caso do furto e da apropriação indébita, o Código Penal possibilita a substituição ou diminuição da pena quando for pequeno o valor do prejuízo e houver primariedade e bons antecedentes.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

22. Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Penal.

- (a) Pratica crime de corrupção passiva o funcionário público que solicita, recebe ou exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, em razão da função, vantagem indevida.
- (b) A conduta de solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público estrangeiro no exercício de suas funções, relacionado a transação comercial internacional, caracteriza o crime de corrupção passiva em transação comercial internacional.
- (c) A reparação do dano causado constitui condição objetiva para a progressão de regime aos condenados por crime contra a Administração Pública.
- (d) Considera-se funcionário público estrangeiro, para os efeitos penais, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública em representações diplomáticas, entidades estatais ou paraestatais de país estrangeiro.



- (e) É extinta a punibilidade do crime de sonegação de contribuição previdenciária se o agente, espontaneamente, declara e confessa, até o término da ação fiscal, as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à Previdência Social, na forma definida em lei ou regulamento.

23. Dadas as assertivas abaixo, considerando o disposto na Lei nº 9.605/1998, assinale a alternativa correta.

- I. Em se tratando de crime contra a fauna, a pena é aumentada de metade caso seja cometido em período proibido à caça.
- II. Em se tratando de crime contra a fauna, a pena é aumentada até o triplo se decorrer do exercício de caça profissional.
- III. Danificar vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica constitui crime contra a flora, mesmo que a ação seja culposa.
- IV. Maltratar planta de ornamentação em propriedade alheia constitui crime contra a flora.
- V. Pichar, grafitar ou por qualquer meio conspurcar edificação ou monumento urbano é crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e IV.
- (d) Estão corretas todas as assertivas.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

24. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A prática de qualquer atentado, por parte de autoridade, a direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional ou ao sigilo da correspondência constitui abuso criminoso coibido pela Lei nº 4.898/1965 (Lei de Abuso de Autoridade).
- II. Funcionário público que se vale da sua condição funcional para patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Fazendária comete crime contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137/1990 (Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária).
- III. Funcionário público que pratica, omite ou retarda, contra expressa disposição de lei, ato de ofício necessário à preservação dos interesses e valores da ordem econômico-financeira comete crime tipificado na Lei nº 7.492/1986 (Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional).
- IV. Servidor público que pratica delito contra direito do consumidor, tipificado na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), tem sempre agravada sua pena.
- V. O agente que praticar o crime de tráfico ilícito de drogas previsto na Lei nº 11.343/2006, prevalecendo-se da função, tem a pena aumentada de um sexto a dois terços.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, IV e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.



25. Considerando o fato descrito abaixo, assinale a alternativa correta.

Fulano de Tal, guarda portuário e encarregado de almoxarifado federal situado em área de marinha de grande incidência de crimes, no intuito de proteger o acervo público, já por seguidas vezes vitimado por furtos noturnos, resolveu, mediante ação concertada com seus colegas de trabalho, eletrificar os altos muros que circundam o depósito e, na parte interna, na área gramada do entorno da edificação, sem risco para esta ou para os bens nela armazenados, distribuir, em pontos estratégicos, dispositivos que ele próprio fabricou e que são ativados por ele apenas à noite, consistentes em artefatos explosivos de emprego dissimulado para serem acionados pela presença, pelo contato ou pela proximidade de uma pessoa, capazes de ferir, incapacitar ou até matar o eventual invasor que cause a detonação de tais aparatos.

- (a) Fulano de Tal, independentemente de tê-los instalado, pelo simples fato de fabricar os artefatos descritos, cometeu crime especial previsto na Lei nº 10.300/2001 (Lei de Minas Terrestres Antipessoal).
- (b) Fulano de Tal, segundo o entendimento doutrinário predominante, agiu no exercício regular de direito.
- (c) Fulano de Tal, segundo o entendimento doutrinário predominante, agiu em legítima defesa preordenada.
- (d) Fulano de Tal, segundo o entendimento doutrinário predominante, elaborou legitimamente ofendículos, o que pode ser interpretado como exercício regular de direito ou legítima defesa preordenada, não havendo nenhum crime nas circunstâncias, mormente considerando ser guarda portuário, possuir poder de polícia e autorização para uso de armas.
- (e) Nenhuma alternativa anterior está correta.

26. Dadas as assertivas abaixo, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- I. A Justiça Federal é competente para processar e julgar crime de falsificação de papel-moeda, ainda que a falsidade seja grosseira, pois o Brasil assinou a Convenção Internacional para Repressão da Moeda Falsa, internalizada no país por Decreto.
 - II. Será sempre da Justiça Federal a competência para processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias.
 - III. Compete à Justiça Federal o processo e o julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de Processo Penal.
 - IV. Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, apenas quando relacionados com o exercício da função.
 - V. Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, assim entendidas aquelas relativas à malversação de verbas recebidas da União sob condição e sujeitas a prestação de contas e ao controle do Tribunal de Contas da União.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas IV e V.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.



27. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Se o réu for condenado penalmente, o numerário depositado como fiança servirá ao pagamento das custas, da indenização do dano, da prestação pecuniária e da multa, ainda que ocorra prescrição depois da sentença condenatória.
 - II. A prisão preventiva será decretada apenas quando não for cabível a substituição por outra medida cautelar, salvo nas hipóteses de crime hediondo ou de tráfico de drogas, nas quais a prisão será sempre decretada em razão da Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos) e da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), respectivamente, que proíbem a concessão de fiança ou liberdade provisória.
 - III. A Constituição Federal considera inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o racismo, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.
 - IV. Quando houver determinação de prender alguém que se encontre no território nacional, fora da jurisdição do juiz processante, poderá ser deprecada sua prisão ou, havendo urgência, o juiz requisitará a prisão por qualquer meio de comunicação, inclusive por correspondência eletrônica.
 - V. A prisão preventiva será admitida quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, salvo se o juiz verificar que o agente praticou o fato nas condições de estado de necessidade, de legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou de exercício regular de direito.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e V.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III, IV e V.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.
28. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça, uma vez verificada a hipótese de extinção da punibilidade pela prescrição, não há interesse recursal do réu ao julgamento do mérito do processo penal para fins de absolvição por atipicidade da conduta.
 - II. A sentença penal condenatória fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pelo crime. A sentença absolutória no juízo criminal, entretanto, não impede a propositura de ação para reparação do dano no juízo cível, salvo se tiver reconhecido não haver prova da existência material do fato.
 - III. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, se a sentença penal condenatória for anulada em recurso exclusivo da defesa, a nova pena fixada pelo juiz não pode ser mais severa do que a anteriormente imposta na sentença anulada, sob pena de *reformatio in pejus* indireta, salvo em hipótese de incompetência absoluta do juízo, quando inexistente tal limitação.
 - IV. Caracteriza nulidade absoluta a inobservância do princípio da identidade física do juiz no processo penal, motivo pelo qual, consoante entendimento dos Tribunais Superiores, o juiz que presidir a instrução do processo deve proferir sentença ainda que tenha sido removido para outra vara na mesma cidade.
 - V. Se a sentença proferida pelo juiz-presidente do Tribunal do Júri for contrária à lei expressa ou divergir das respostas dos jurados aos quesitos, o tribunal *ad quem* fará a devida retificação.



- (a) Está correta apenas a assertiva IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e V.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e V.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

29. Assinale a alternativa correta.

- (a) Com fundamento no decurso do tempo, o juiz pode, forte no art. 366 do Código de Processo Penal, determinar a produção antecipada de provas.
- (b) Provas que constituam derivação de uma prova ilícita são sempre inutilizáveis no processo penal, tendo em vista o princípio constitucional da proibição da prova ilícita, que engloba a ilicitude derivada ou de segundo grau.
- (c) Não há vedação, no plenário do júri, a que as partes procedam à leitura da sentença de pronúncia, salvo na hipótese de comprovado excesso de linguagem pelo magistrado pronunciante.
- (d) O prazo para o oferecimento de resposta à acusação, no procedimento ordinário, conta-se da data em que ocorrer a citação do acusado por mandado, e não da data em que esse mandado for juntado aos autos.
- (e) Renunciando o defensor constituído, sem prévia comunicação ao acusado, deve o juiz, desde logo, designar membro da Defensoria Pública, ou nomear defensor dativo, para atuar em favor do acusado, sob pena de nulidade absoluta por ofensa ao princípio da ampla defesa, pois a revelia, no processo penal, não autoriza que o réu reste indefeso.

30. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Compete à Justiça Federal processar e julgar contravenções penais comprovadamente praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades.
- II. A Justiça Federal é absolutamente incompetente para processar e julgar *habeas corpus* impetrado contra ato de autoridade militar da aeronáutica consistente em aplicação de penalidade disciplinar imposta a militar que lhe seja hierarquicamente subordinado.
- III. Compete ao Tribunal de Justiça, a que seja hierarquicamente vinculado o juiz de direito, processar e julgar a ação penal em que se impute a esse mesmo magistrado sonegação de tributo federal.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

31. Assinale a alternativa correta.

- (a) Contra decisão do juiz singular que não receber o recurso de apelação criminal é cabível a interposição de carta testemunhável.
- (b) É incabível a suspensão condicional do processo na hipótese de procedência parcial da pretensão punitiva, tendo em vista que sua admissibilidade regula-se pelo teor da denúncia, tal qual esta é deduzida pelo Ministério Público.



- (c) É competente o juízo das execuções penais do Estado para a execução das penas impostas a sentenciado pela Justiça Federal quando recolhido este a estabelecimento sujeito à administração estadual.
- (d) Da decisão que, no procedimento ordinário, rejeitar a resposta à acusação, determinando o prosseguimento da ação penal, é cabível apelação criminal.
- (e) O recurso de embargos infringentes e de nulidade pode ser interposto tanto pela acusação, quanto pela defesa, desde que objetive exclusivamente a prevalência do voto vencido do acórdão.

32. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, conhecimentos fortuitos, obtidos no curso de uma interceptação telefônica autorizada judicialmente em juízo criminal, não podem ser compartilhados com investigações diversas daquelas que ensejaram a medida.
- II. Decretada a prisão temporária do investigado, a soltura do custodiado, antes de findar o prazo da medida, só pode fazer-se mediante a concessão de liberdade provisória com ou sem fiança.
- III. Segundo o Código de Processo Penal, recebido o auto de prisão em flagrante e não sendo caso de seu relaxamento, poderá o juiz homologá-lo por simples despacho, caso em que o custodiado permanecerá preso, tendo em vista que o flagrante prende por si só.
- IV. Segundo jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, constitui nulidade absoluta, por cerceamento de defesa, o indeferimento da transcrição integral de interceptações telefônicas realizadas no curso das investigações.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

33. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (a) A Lei nº 12.529/2011, que estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência e dispõe sobre prevenção e repressão à ordem econômica, não coíbe a existência de empresas ou organizações com grande poder econômico, porque, dentro de certos limites, admite concentração econômica.
- (b) Aplica-se a Lei nº 12.529/2011 às práticas que possam produzir efeitos no território nacional.
- (c) Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o constituinte optou por um sistema econômico fundado na livre-iniciativa, o que impede o Estado de intervir na economia, salvo em situações excepcionais, quando necessário aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
- (d) Dominar mercado relevante de bens ou serviços constitui infração à ordem econômica, independentemente de culpa.
- (e) A recusa, omissão ou retardamento injustificado de informação ou documentos solicitados pelo CADE ou pela Secretaria de Acompanhamento Econômico constitui infração punível com multa diária, podendo ser aumentada em até 20 (vinte) vezes, se necessário para garantir sua eficácia, em razão da situação econômica do infrator.



34. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. As infrações à ordem econômica são taxativamente elencadas na legislação vigente e consumam-se somente após a produção de efeitos concretos no mercado.
 - II. Compete exclusivamente à União legislar sobre direito econômico, em face da preponderância do interesse nacional.
 - III. Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o serviço postal não consubstancia atividade econômica em sentido estrito, e a exclusividade da prestação dos serviços públicos é expressão de uma situação de privilégio, não se confundindo com monopólio.
 - IV. As decisões proferidas pelo sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio são vinculantes, podendo qualquer país apresentar reclamação perante a organização, na qualidade de terceiro interessado.
- (a) Está correta apenas a assertiva III.
(b) Está correta apenas a assertiva IV.
(c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
(d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
(e) Nenhuma assertiva está correta.
35. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Não é aplicável a decadência prevista no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor à prestação de contas para obter esclarecimentos sobre a cobrança de taxas, tarifas e encargos bancários.
 - II. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos de planos de saúde e às relações jurídicas entre entidades de previdência privada e seus participantes.
 - III. Não cabe indenização por dano moral em razão de indevida inscrição em cadastro de devedores quando já houver legítima inscrição anterior do nome do consumidor.
 - IV. Os contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) estão relacionados à política governamental de fomento à educação, de modo que não se subsumem às regras do Código de Defesa do Consumidor.
 - V. Não é aplicável o prazo de prescrição de cinco anos previsto pelo art. 27 do Código de Defesa do Consumidor na hipótese de ação de restituição de taxa de água e esgoto cobrada indevidamente, pois não se trata de ação de reparação de danos causados por defeitos na prestação de serviços, aplicando-se o prazo prescricional estabelecido pela regra geral do Código Civil.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
(b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
(c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
(d) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
(e) Estão corretas todas as assertivas.



BLOCO II

36. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A recepção de lei ordinária como lei complementar pela Constituição posterior a ela só ocorre com relação aos seus dispositivos em vigor quando da promulgação desta, não havendo que se pretender a ocorrência de efeito repristinatório, porque o nosso sistema jurídico, salvo disposição em contrário, não admite a repristinação.
- II. Em nosso ordenamento jurídico, é vedada a aplicação retroativa da lei, salvo em relação às leis penais mais benéficas.
- III. O pseudônimo goza da mesma proteção que se dá ao nome quando adotado para atividades lícitas, e, por isso, quando notório, o seu uso sem autorização do titular implica perdas e danos.
- IV. A desconsideração da personalidade jurídica denominada "inversa" não tem sido admitida pelo Superior Tribunal de Justiça à míngua de disposição legal que a preveja.
- V. É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, IV e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

37. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Em relação às obrigações de fazer, se o fato puder ser executado por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste, sem prejuízo da indenização cabível, e, nos casos urgentes, pode o credor executar ou mandar executar o fato, para depois se ressarcir, independentemente de autorização judicial.
- II. A obrigação solidária não poderá ser pura e simples para um dos codevedores e condicional ou a prazo para outro, em razão da unidade do vínculo obrigacional.
- III. Na dação em pagamento, se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, restabelecer-se-á a obrigação primitiva, ficando sem efeito a quitação dada, ressalvados os direitos de terceiros.
- IV. Na compra e venda, até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do vendedor, e os do preço, por conta do comprador. Todavia, os casos fortuitos ocorrentes no ato de contar, marcar ou assinalar coisas, que comumente se recebem contando, pesando, medindo ou assinalando, e que já tiverem sido postas à disposição do comprador, correrão por conta deste.
- V. No contrato estimatório, o consignante entrega bens, móveis ou imóveis, ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e V.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.



38. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Além da desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, poderá ocorrer a desapropriação judicial da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área e estiver na posse ininterrupta, por mais de cinco anos e de boa-fé, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.
 - II. Segundo a orientação do Superior Tribunal de Justiça, a usucapião é modo de aquisição originária da propriedade imóvel, tendo a sentença judicial que a reconhece natureza constitutiva do domínio.
 - III. A cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento, é nula, mas o devedor pode, com a anuência do credor, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, após o vencimento desta.
 - IV. O direito real de aquisição do promitente comprador teve o seu âmbito de incidência aumentado pelo Código Civil vigente, pois passou a abarcar, além dos compromissos de compra e venda de imóveis loteados e de unidades de edifícios de incorporação, todos os contratos de promessa de compra e venda, mesmo os não registrados.
 - V. O Código Civil vigente proibiu a constituição de aforamentos, subordinando os existentes, até sua extinção, às disposições do Código Civil anterior, Lei nº 3.071/1916, e leis posteriores, dispondo, ainda, que o aforamento de terrenos de marinha e acrescidos regula-se por lei especial.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.
39. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. O Código Civil, ao estatuir no seu artigo 405 que se contam “os juros de mora desde a citação inicial”, tornou sem efeito a Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça, que, editada na vigência do Código Civil de 1916, dispunha que “os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual”.
 - II. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o termo *ad quem* da pensão devida aos filhos menores pelo falecimento do genitor, em virtude de ato ilícito, deve alcançar a data em que os beneficiários completarem vinte e cinco anos de idade, quando se presume concluída sua formação, não sendo possível, na hipótese de pluralidade de favorecidos pelo pensionamento, a reversão da quota de um beneficiário aos demais.
 - III. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é objetiva, e não meramente presumida, a responsabilidade dos bancos pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros, pois decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno.
 - IV. A responsabilidade civil é independente da criminal. No entanto, faz coisa julgada no cível a sentença penal condenatória, a qual serve como título executivo judicial, não sendo mais cabível a discussão relativa ao *an debeatur*, mas apenas ao *quantum debeatur*. Também faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhece a inexistência material do fato e a que reconhece categoricamente não ter sido o réu o autor do fato.



V. Na responsabilidade por fato de terceiro, ou responsabilidade indireta, prevista no Código Civil, o direito de regresso está condicionado à responsabilidade subjetiva do causador direto do dano.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
- (e) Estão corretas apenas as assertivas I, II, IV e V.

40. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Nome é um direito personalíssimo e, em princípio, é inalterável e imutável, salvo as exceções em lei, sendo possível a supressão de um patronímico pelo casamento, desde que não haja prejuízo à ancestralidade nem à sociedade.
- II. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos de personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- III. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo quando importar diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes.
- IV. É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- V. No caso de pessoas públicas, o âmbito de proteção dos direitos da personalidade se vê diminuído, sendo admitida, em tese, a divulgação de informações aptas a formar o juízo crítico dos eleitores sobre o caráter do candidato.

- (a) Está correta apenas a assertiva V.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III, e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

41. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Nas declarações de vontade em geral, se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem; já a transação interpreta-se restritivamente, e por ela não se transmitem, apenas se declaram ou se reconhecem direitos.
- II. *Mora creditoris* é a inexecução culposa da obrigação e *mora debitoris* é a recusa em recebê-la no tempo, no modo, no lugar e na forma devidos.
- III. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não recepciona a teoria da perda de uma chance, porque o direito brasileiro somente admite os danos certos e concretos.
- IV. Em se tratando de sentença cível condenatória, arbitrados os honorários advocatícios em percentual sobre o valor da causa, a correção monetária incide a partir do respectivo ajuizamento.
- V. É viável juridicamente a promessa de doação ante a possibilidade de se harmonizar a exigibilidade contratual e a espontaneidade, característica do *animus donandi*.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.



- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, IV e V.
- (e) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.

42. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Modo derivado de apossamento da coisa é denominado de tradição, podendo ser efetiva, também conhecida como *traditio longa manu*; simbólica, também referida como *fictio traditio*; consensual, também aceita como *traditio brevi manu*; e singular, também referida como *constituto possessorio*.
- II. *Ius possessionis* é o direito fundado no fato da posse; *ius possidendi* é o direito fundado na propriedade.
- III. A existência de justo título instaura a presunção de que a posse é exercida de boa-fé, mas a sua falta não autoriza a conclusão de que há má-fé.
- IV. Direito real de habitação é o direito personalíssimo e temporário de residir em imóvel, podendo ser cedido, e, quando conferido a mais de uma pessoa conjuntamente, dispensa os coabitadores de pagar aluguel uns aos outros, ainda que não residam todos no imóvel.
- V. O artigo 1238, parágrafo único, do Código Civil de 2002, que trata da usucapião extraordinária com prazo reduzido, tem aplicação imediata às posses *ad usucapionem* já iniciadas, qualquer que seja o tempo transcorrido na vigência do Código anterior, devendo apenas ser respeitada a fórmula de transição, segundo a qual serão acrescidos 2 anos ao novo prazo, nos 2 anos após a entrada em vigor do Código de 2002.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Está correta apenas a assertiva V.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (e) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.

43. Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. O advogado não pode ser penalizado nos autos em que supostamente atua como litigante de má-fé, salvo quando incorrer em falta profissional.
- II. É cabível a fixação de honorários advocatícios em favor da Defensoria Pública, salvo quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.
- III. Na impugnação ao cumprimento de sentença, não serão cabíveis honorários advocatícios quando ela for rejeitada.
- IV. Acolhida, total ou parcialmente, a exceção de pré-executividade na execução fiscal, é cabível a fixação de honorários advocatícios em favor do excipiente.
- V. No processo de execução, o cessionário, quando o direito resultante do título executivo lhe foi transferido por ato entre vivos, poderá substituir o exequente, independentemente da anuência da parte executada.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I, II e V.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III, IV e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.



44. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Entre as sentenças definitivas, no processo civil, inclui-se a que acolhe a alegação de perempção, prescrição ou decadência.
 - II. Se o autor, a título de antecipação de tutela, em ação de rito ordinário, requerer providência de natureza cautelar, não poderá o juiz deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado, ainda que presentes os seus pressupostos, pois é incabível a cumulação de pedidos que têm procedimentos diferentes.
 - III. No mandado de segurança, verificando o juiz uma das hipóteses previstas no art. 267 do Código de Processo Civil, que prevê a extinção do processo sem resolução do mérito, a ordem deverá ser denegada.
 - IV. Na ação de exibição de documento, se o requerido não apresentar o documento nem contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos afirmados, nos termos do art. 359 do Código de Processo Civil.
 - V. O prazo previsto no art. 284 do Código de Processo Civil para que a parte emende a inicial não é peremptório, mas dilatatório, podendo ser reduzido ou ampliado por convenção das partes ou por determinação do juiz.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas III e V.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.

45. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Para que a resolução da questão prejudicial faça coisa julgada, é necessário que, concomitantemente, haja pedido da parte, o juiz seja competente em razão da matéria e a questão prejudicial se constitua em pressuposto necessário para o julgamento da lide.
 - II. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, a coisa julgada formada em ação coletiva ajuizada por sindicato, na condição de substituto processual, não se restringe somente àqueles que são a ele filiados, já que a entidade representa toda a sua categoria profissional.
 - III. O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.
 - IV. Segundo o Código de Processo Civil, a sentença faz coisa julgada entre as partes às quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.
 - V. Segundo a orientação do Superior Tribunal de Justiça, nos casos de sentença condenatória contra a Fazenda Pública, havendo iliquidez do título judicial, não é possível a adoção do valor atualizado da causa como parâmetro para se aferir a incidência ou não do reexame necessário, sendo obrigatória a remessa *ex officio*.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e V.



- (c) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e IV.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

46. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Cabe recurso extraordinário contra decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais, porém não cabe recurso especial.
- II. Compete, como regra geral, ao Tribunal Regional Federal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juiz do Juizado Especial Federal.
- III. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, os Juizados Especiais Federais possuem competência para o julgamento das ações de fornecimento de medicamentos em que haja litisconsórcio passivo entre a União, o Estado e o Município, cujo valor da causa não exceda sessenta salários mínimos, sendo desinfluyente o grau de complexidade da demanda ou o fato de ser necessária a realização de perícia técnica.
- IV. Se, na fase de execução, for apurado valor superior ao limite de alçada do Juizado Especial Federal, deverá o juiz declarar a nulidade do processo e remeter os autos para a Justiça Federal ordinária.
- V. Paradigmas emanados de Tribunais Regionais Federais não possuem aptidão para a instauração de pedido de uniformização de jurisprudência no âmbito da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

47. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Apenas o cônjuge pode pedir o suprimento da autorização ou da outorga do outro cônjuge para propor ações.
- II. Não é possível a denunciação da lide de forma sucessiva.
- III. O litisconsórcio passivo formado na ação de usucapião é sempre o necessário unitário.
- IV. A ação intentada perante tribunal estrangeiro induz litispendência.
- V. Poderá o relator, de ofício, ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito de competência for positivo, seja sobrestado o processo, mas, nesse caso, bem como no de conflito negativo de competência, deverá designar um dos juízes para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e V.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.



48. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. No caso de morte ou incapacidade processual de qualquer das partes, ou de seu representante legal, provado o falecimento ou a incapacidade, o juiz suspenderá o processo, salvo se já tiver iniciado a audiência de instrução e julgamento, caso em que o advogado continuará no processo até o encerramento do ato.
 - II. Pode o juiz determinar que seja iniciado o processo de inventário sem contudo caracterizar violação ao princípio da inércia da jurisdição.
 - III. A confissão espontânea somente pode ser feita pela própria parte.
 - IV. É pressuposto para cumulação de vários pedidos contra o mesmo réu em um único processo a existência de conexão entre eles.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.
49. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Contra decisão de mérito que denega Mandado de Segurança interposto originariamente perante Tribunal Regional Federal, cabe recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.
 - II. Os juízes que participaram colegiadamente do julgamento rescindendo estão impedidos de julgar a ação rescisória.
 - III. É inaplicável o benefício do prazo dobrado aos litisconsortes em agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu o recurso especial.
 - IV. Segundo o Código de Processo Civil, os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
 - (d) Estão corretas todas as assertivas.
 - (e) Nenhuma assertiva está correta.
50. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada.
 - II. Na execução de prestação positiva fungível, poderá o credor efetuar-la ou mandar efetuar-la no prazo de cinco dias, contados da apresentação de oferta de terceiro.
 - III. Não se opera, sem prévia autorização judicial, a transferência da arrematação em favor do fiador do arrematante que pagar o valor do lance e a multa.
 - IV. Quando o imóvel admitir cômoda divisão, o juiz, a requerimento do devedor, ordenará a alienação judicial de parte dele, desde que suficiente para pagar o credor.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - (d) Estão corretas todas as assertivas.
 - (e) Nenhuma assertiva está correta.



51. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Se o oficial de justiça, em cumprimento do mandado de citação, verificar que o citando está impossibilitado de recebê-la em razão de doença que o incapacita de compreender o caráter do ato, caberá ao juiz, à vista da respectiva certidão, dar prosseguimento ao processo, nomeando ao réu um curador, que será de imediato intimado para responder à demanda.
 - II. Não se fará citação pelo correio quando for ré pessoa jurídica de direito público.
 - III. Na citação com hora certa, o prazo de contestação inicia-se a partir da data em que for juntada aos autos a carta enviada pelo escrivão, dando ciência ao requerido da diligência.
- (a) Está correta apenas a assertiva I.
 - (b) Está correta apenas a assertiva II.
 - (c) Está correta apenas a assertiva III.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.
52. A respeito da ação rescisória, assinale a alternativa correta.
- (a) É devido o depósito prévio pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nas ações rescisórias por ele propostas.
 - (b) A ação rescisória é a única forma de impugnação de sentença proferida em processo de conhecimento em que tenha sido preterida a citação de litisconsórcio passivo necessário.
 - (c) Os vários autores do processo originário cuja decisão se objective desconstituir em ação rescisória são litisconsortes facultativos na ação rescisória.
 - (d) O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando for incabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial na demanda originária.
 - (e) É inadmissível a ação rescisória contra sentença se, contra ela, não tiver sido interposto recurso de apelação.
53. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Segundo a orientação dominante do Superior Tribunal de Justiça, em se tratando de agravo de instrumento interposto em face de decisão interlocutória, proferida por juiz singular, é inadmissível a complementação das peças do instrumento respectivo após a sua interposição no Tribunal, ainda que para a juntada de peças facultativas que o órgão julgador repute como necessárias à compreensão da controvérsia.
 - II. É inadmissível a ação declaratória se já tiver ocorrido a violação do direito.
 - III. Extingue-se o processo sem resolução do mérito, por abandono do autor, se o advogado deste, intimado por três vezes, não praticar ato que lhe incumba.
- (a) Está correta apenas a assertiva I.
 - (b) Está correta apenas a assertiva II.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - (e) Nenhuma assertiva está correta.



54. A respeito do procedimento sumário, assinale a alternativa correta.
- (a) É admissível a ação declaratória incidental.
 - (b) É admissível a oposição.
 - (c) É admissível a formulação, na contestação, de pedido em favor do réu, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
 - (d) É admissível a formulação de pedido envolvendo a capacidade das pessoas.
 - (e) No julgamento da apelação interposta no procedimento sumário, os autos devem ser submetidos à revisão.
55. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, do ato judicial proferido no âmbito do incidente de liquidação que extingue o próprio processo, determinando o arquivamento dos autos, é cabível o recurso de agravo de instrumento.
 - II. Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, se a sentença extinguiu o processo sem resolução de mérito, não pode o Tribunal, julgando a apelação aí interposta, decidir o mérito, uma vez afastada a causa que determinou a extinção do processo em primeiro grau.
 - III. Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, havendo litisconsortes com diferentes procuradores no processo de conhecimento, o prazo para recorrer é dobrado, ainda que somente um possua interesse processual em recorrer da decisão.
 - IV. Segundo a Lei nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, a arguição de falsidade de documento original, transmitido em processo eletrônico, será processada em meio físico.
- (a) Está correta apenas a assertiva III.
 - (b) Está correta apenas a assertiva IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
 - (e) Nenhuma assertiva está correta.
56. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Na companhia ou sociedade fechada os valores mobiliários de sua emissão são admitidos à negociação, mediante prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.
 - II. O estatuto da sociedade anônima pode estipular regras de preferência na negociação das ações.
 - III. Segundo a jurisprudência prevalente, é possível a dissolução parcial de sociedade anônima com a retirada dos sócios dissidentes, após a apuração de seus haveres.
 - IV. O administrador que deixa de comunicar o descumprimento estatutário de predecessor é solidariamente responsável.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.



57. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Fica extinto o registro da marca de pessoa domiciliada no exterior que não mantenha representante no Brasil.
 - II. Da decisão do Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) cabe recurso ao Conselho Superior da Fazenda Nacional.
 - III. A empresa pode manter o negócio diretamente relacionado à marca que cede para terceiros.
 - IV. A *pipeline* concedida no Brasil garante proteção de exclusividade ao medicamento mesmo que declarada nula a patente no país de origem.
- (a) Está correta apenas a assertiva I.
 - (b) Está correta apenas a assertiva III.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
 - (e) Nenhuma assertiva está correta.
58. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. A cobrança antecipada do valor residual garantido descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, que passa a configurar contrato de compra e venda.
 - II. É admitida a cobrança da comissão de permanência no período da inadimplência, com limite na taxa do contrato, cumulada somente com correção monetária.
 - III. A cobrança de encargos indevidos no vencimento da obrigação importa na descaracterização da mora.
 - IV. O bem alienado fiduciariamente não pode ser objeto de penhora.
- (a) Está correta apenas a assertivas IV.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - (d) Estão corretas todas as assertivas.
 - (e) Nenhuma assertiva está correta.
59. Assinale a alternativa correta.
- (a) Não será considerada como estado da técnica a divulgação de invenção ou modelo de utilidade, promovida pelo inventor, quando ocorrida durante os doze meses que precederem a data de depósito ou a da prioridade do pedido de patente.
 - (b) O desenho industrial consiste na forma plástica ornamental de um objeto, ou o conjunto ornamental de linhas e cores, aplicável a um produto, ainda que configure obra de caráter puramente artístico.
 - (c) Desde que o pedido de patente de invenção contenha resumo fundamentado e relatório descritivo, será dispensável nele consignar reivindicações de qualquer natureza.
 - (d) É registrável como desenho industrial a forma determinada por considerações essencialmente funcionais, desde que tais funções sejam caracterizadas pela originalidade e pela novidade.
 - (e) A expedição do certificado de registro de desenho industrial depende de prévio exame de mérito, a ser realizado de ofício pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, quanto à respectiva originalidade e novidade.



60. Assinale a alternativa correta.

- (a) Não é lícito estabelecer, em contrato social de sociedade limitada, a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- (b) A sociedade limitada é administrada pelos sócios-gerentes, assim designados no estatuto social da respectiva companhia.
- (c) A constituição de conselho fiscal é privativa de sociedade anônima.
- (d) O capital social de sociedade anônima, quando da constituição desta, deve ser formado, exclusivamente, em moeda corrente nacional.
- (e) A diretoria de sociedade anônima será composta por, no mínimo, dois diretores.

61. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Segundo a Constituição Federal, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou a contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista, só poderão ser feitas: (a) se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (b) se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.
 - II. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum, incumbindo às comissões específicas, em cada uma das casas legislativas, examinar e emitir parecer sobre esses projetos e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.
 - III. A Lei nº 4.320/1964 (que estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal) classifica as receitas em correntes e de capital, enquadrando as receitas tributárias entre as receitas correntes.
 - IV. Segundo o Supremo Tribunal Federal, não é possível a utilização de Medida Provisória para a abertura de crédito extraordinário para cobrir despesas de simples custeio e investimentos triviais, na medida em que não se caracterizam pela imprevisibilidade e pela urgência.
 - V. É vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos a qualquer órgão ou entidade, salvo para instituições financeiras e o Tesouro Nacional.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e V.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e V.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e IV.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.

62. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que a alteração do prazo para recolhimento das contribuições sociais não ofende o princípio da anterioridade tributária mitigada, previsto no art. 195, § 6º, da Constituição Federal de 1988.



- II. É constitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- III. Segundo a Constituição Federal, apenas as contribuições de seguridade social estão sujeitas à limitação de não poderem ser cobradas antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que institui ou altera a exação.
- IV. Segundo o Supremo Tribunal Federal, a sociedade de economia mista que presta serviços na área da saúde sem a finalidade de obtenção de lucro, ainda que o seu capital seja majoritariamente estatal, não goza da imunidade intergovernamental recíproca que é conferida pelo legislador constituinte às autarquias e às fundações mantidas pelo Poder Público, no que se refere à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais e às delas decorrentes, pois não incluídas, expressamente, na regra imunizante que consta do texto constitucional.
- V. Ressalvada a competência da União, a Constituição da República Federativa do Brasil veda aos demais entes da Federação com competência tributária a concessão de isenções heterônomas.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

63. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Segundo o Código Tributário Nacional, entre as modalidades de extinção do crédito tributário, se incluem o pagamento, a compensação, a prescrição, a decadência, a anistia e a conversão de depósito em renda.
- II. O parcelamento do crédito tributário pelo contribuinte, segundo a orientação do Superior Tribunal de Justiça, além de suspender a exigibilidade do crédito tributário, implica denúncia espontânea.
- III. O contribuinte pode, após o vencimento da obrigação tributária e antes de proposta a execução fiscal, mediante ação cautelar de caução, garantir, em juízo, a dívida tributária, a qual, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, autoriza a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- IV. Em sede tributária, à imputação do pagamento, na compensação, aplica-se o mesmo regime do direito civil, segundo o qual o pagamento parcial imputar-se-á primeiro sobre os juros para, só depois de findos estes, amortizar-se o capital.
- V. Na repetição do indébito de tributos federais, incide correção monetária a partir do pagamento indevido, aplicando-se a esse título a Selic (taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), além dos juros, os quais incidem a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva, no percentual de 1% ao mês.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II e V.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.



64. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Segundo a Constituição Federal, as contribuições de seguridade social incidem sobre o faturamento, e não sobre a receita.
 - II. Após a regulamentação infraconstitucional da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, que autorizou que a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) fosse não cumulativa, ressalvadas as empresas prestadoras de serviços e as optantes pelo Simples, todas as empresas estão submetidas ao regime da não cumulatividade.
 - III. A legislação que regulamenta o PIS e a Cofins não cumulativos não admite a geração de créditos presumidos.
 - IV. Nas operações de comércio exterior, as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico incidirão na importação de produtos estrangeiros ou serviços, não incidindo, porém, sobre as receitas decorrentes de exportação.
 - V. Ressalvadas as contribuições previdenciárias, que estão sujeitas à disciplina da Lei nº 8.212/1991 (Lei de Custeio da Previdência Social), é vedada, segundo a Constituição Federal, a alteração do prazo de prescrição, em matéria tributária, por lei ordinária.
- (a) Está correta apenas a assertiva II.
 - (b) Está correta apenas a assertiva IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e V.
 - (e) Nenhuma assertiva está correta.
65. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. O Imposto Sobre Produtos Industrializados não incide sobre os produtos industrializados destinados ao exterior.
 - II. Incide o Imposto Territorial Rural, e não o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana, sobre imóvel localizado na área urbana do Município que, comprovadamente, é utilizado para a exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial.
 - III. A taxa de ocupação, devida pela utilização efetiva de imóveis da União por particulares, caracteriza-se como uma taxa, conforme preconizado no Código Tributário Nacional, pois há a efetiva utilização do imóvel e depende de concessão ou autorização do Poder Público Federal.
 - IV. O imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários tem como fato gerador, quanto às operações de câmbio, a sua efetivação pela entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou de documento que a represente, ou sua colocação à disposição do interessado em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição por este.
 - V. Em relação ao imposto de exportação, o Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou a base de cálculo, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política cambial e do comércio exterior, não estando esse tributo, nesse particular, sujeito ao princípio da estrita legalidade tributária.
- (a) Está correta apenas a assertiva V.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.



66. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. No caso de importação de mercadoria despachada para consumo, o fato gerador, para o Imposto de Importação, consome-se na data da entrada da mercadoria no Brasil.
 - II. Aos atos ou negócios jurídicos que estiverem subordinados à cláusula de condição resolutória, o fato gerador reputar-se-á acontecido, inexistindo disposição em contrário, no momento do implemento da condição.
 - III. Uma série de fatos que se aperfeiçoam no fim de um determinado período é o conceito de um fato gerador continuado.
 - IV. Vigor no ordenamento nacional com base no princípio da proteção à confiança que a modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos e adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
 - V. Em se tratando de tributo lançado por homologação, se o contribuinte houver declarado o débito e não tiver efetuado o pagamento até o vencimento, a confissão desse débito equivalerá à constituição do crédito tributário, que poderá ser imediatamente inscrito em dívida ativa e cobrado, independentemente de qualquer procedimento administrativo de lançamento.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas IV e V.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
 - (e) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
67. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Receita Originária é aquela decorrente de atividade que o Estado realiza como os particulares e, também por isso, é correto dizer que para o Direito Financeiro, ao contrário do Direito Privado, as receitas auferidas por empresas estatais são receitas do Estado.
 - II. A função alocativa do tributo consiste em utilizar a tributação como forma de redistribuição de renda, tirando mais de uns e aplicando mais em favor de outros.
 - III. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, no que diz respeito à interpretação mais favorável ao contribuinte, por força do art. 112 do Código Tributário Nacional, em matéria de juros não se aplica a legislação mais benéfica ao contribuinte.
 - IV. O Sistema Tributário Nacional é racional e rígido, embora possa ser alterado mediante atividade do constituinte derivado, tanto que, pela Emenda Constitucional nº 29/2000, sobrevieram a progressividade do IPTU e nova disciplina das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico e, pela Emenda Constitucional nº 39/2002, a previsão da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e autorização para instituição de regime único de arrecadação.
 - V. De acordo com a Lei Complementar nº 24/1975, os incentivos, as isenções e os benefícios só poderão ser concedidos pela União e pelos Estados depois de autorizados por convênio aprovado e mediante aprovação de liberação do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).



- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva II.
- (c) Está correta apenas a assertiva III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas IV e V.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

68. Dadas as assertivas abaixo, com relação ao produto da arrecadação dos impostos, assinale a alternativa correta.

- I. Um quarto ($\frac{1}{4}$) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte intermunicipal e de comunicação e um quarto ($\frac{1}{4}$) do produto da arrecadação dos impostos especiais pertencem aos Municípios.
- II. Um quarto ($\frac{1}{4}$) da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território pertence aos Municípios.
- III. Metade do ITR pertence aos Municípios, na hipótese de a municipalidade optar pela sua fiscalização e cobrança na forma da lei.
- IV. A União entregará 22,5% do produto da arrecadação do IPI ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.
- V. É vedada à União a retenção ou qualquer restrição à entrega de cotas do Fundo de Participação em virtude de débito do Município com a Previdência Social.

- (a) Está correta apenas a assertiva III.
- (b) Está correta apenas a assertiva V.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

69. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. O Supremo Tribunal Federal já firmou posicionamento no sentido de que cemitérios consubstanciam extensões de entidades de cunho religioso e, por isso, estão abrangidos pela imunidade constitucional.
- II. De regra, o adquirente de boa-fé, no mercado interno, da mercadoria estrangeira, ainda que possuidor da nota fiscal, pode ser apenado com a perda do produto se verificado pelo fisco que a mercadoria não foi regularmente importada.
- III. O regime aduaneiro de *drawback* condiciona, pelo seu caráter sinalagmático, a isenção do Imposto de Importação à exportação da mercadoria na qual o produto importado foi efetivamente utilizado, isso porque vige o regime aduaneiro especial de incentivo à exportação, previsto no Regulamento Aduaneiro, caracterizando descumprimento a substituição por mercadoria de origem nacional, mesmo que de idêntica qualidade.
- IV. Para a liberação de mercadorias, é legal a exigência do pagamento de todos os tributos devidos pelo importador como condição de desembaraço aduaneiro da mercadoria não se aplicando os termos das Súmulas n^{os} 70, 323 e 547 do Supremo Tribunal Federal.
- V. No que diz respeito à Responsabilidade Tributária do Transportador, é correto afirmar que para a imputação de responsabilidade do Agente Marítimo, se faz necessária a comprovação de atividade com excesso de poderes ou infração à lei.



- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, IV e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III, IV e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

70. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A impenhorabilidade, prevista no art. 69 do Decreto-Lei nº 167/1967 e no art. 57 do Decreto-Lei nº 413/1969, em favor, respectivamente, dos bens dados em garantia em operações com cédulas de crédito rural e com crédito industrial, prevalece diante de penhora realizada posteriormente em executivo fiscal de crédito de natureza tributária.
- II. Entre as pessoas jurídicas de Direito Público, não existe concurso de preferência.
- III. A concessão de recuperação judicial depende da comprovação do pagamento de todos os tributos.
- IV. Os créditos tributários vencidos são encargos da massa falida pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa exigíveis no decurso do processo de falência, à exceção apenas dos decorrentes da legislação do trabalho.
- V. A penhora eletrônica, também conhecida como penhora *online* Bacen Jud, possibilita o bloqueio de ativos financeiros do devedor tributário devidamente citado e prescinde do esgotamento das diligências para a localização de outros bens passíveis de penhora.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva V.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e V.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

BLOCO III

71. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Em decorrência dos princípios da impessoalidade e da segurança jurídica, consideram-se válidos os atos praticados por servidor de fato.
- II. O poder de autotutela da administração pública pode ser exercido de ofício apenas no que se refere à legalidade do ato, dependendo a apreciação do mérito administrativo de provocação do interessado.
- III. A atuação do Estado não se limita à prestação de serviços públicos, pois, além da regulamentação e da fiscalização de atividades reservadas à iniciativa privada (intervenção indireta), incumbe-lhe a exploração de atividade econômica, por meio de empresas estatais (intervenção direta), em regime de monopólio ou em regime de competição, a seu juízo de conveniência, hipótese em que se submete às normas de direito privado que não forem expressamente derogadas pela Constituição.
- IV. A descentralização por colaboração consiste na transferência da execução de um determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado, previamente existente, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, mantendo o Poder Público a titularidade do serviço.



- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (e) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

72. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta, no que se refere à organização administrativa.

- I. A sociedade de economia mista é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, instituída, mediante autorização legal, para desempenhar atividades de natureza exclusivamente empresarial, e pode se revestir de qualquer das formas em direito admitidas.
- II. As agências reguladoras não têm natureza autárquica nem integram a administração pública indireta.
- III. As empresas estatais exploradoras de atividade econômica não se sujeitam à obrigatoriedade de procedimento licitatório.
- IV. As organizações sociais integram a administração pública quando assumem a forma de autarquia de regime especial.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

73. Em relação às agências reguladoras, assinale a alternativa correta.

- (a) A natureza de autarquia especial, conferida à agência reguladora pela lei de criação, assegura-lhe autonomia administrativa e financeira, bem como a não sujeição à supervisão presidencial ou ministerial.
- (b) A indicação de seus dirigentes pelo Poder Executivo é por prazo indeterminado, podendo a lei de criação prever condições para a perda da função.
- (c) Há previsão legal de impedimento ao ex-dirigente para o exercício de atividade ou a prestação de qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência por um período de quatro meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato.
- (d) Os seus Conselheiros e os seus Diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia ou de condenação judicial transitada em julgado.
- (e) Em razão de sua autonomia de gestão administrativa, financeira e patrimonial, não estão submetidas ao controle do Tribunal de Contas.

74. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A desqualificação da entidade como organização social pelo Poder Executivo será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os seus dirigentes, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.
- II. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, dispensada licitação.



- III. O tombamento de bens públicos realizado pelo órgão federal competente processa-se mediante simples notificação à entidade a quem pertencer ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, produzindo, a partir de então, os respectivos efeitos.
- IV. A diferença entre limitação administrativa e servidão administrativa é que aquela implica a constituição de direito real de uso e gozo em favor do poder público ou da coletividade, ao passo que esta constitui restrição em proveito de determinado bem afetado a fim de utilidade pública.

- (a) Está correta apenas a assertiva IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

75. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. De acordo com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre desapropriação é concorrente entre os entes federativos.
- II. É devida indenização ao expropriado correspondente aos danos ocasionados aos elementos que compõem o fundo de comércio pela desapropriação do imóvel.
- III. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de inadmitir a indenizabilidade das matas e revestimentos florestais que recobrem áreas dominiais privadas, sob o fundamento de que sua preservação decorre de mera limitação administrativa imposta pelo poder público.
- IV. Não há prazo legal para o município proceder ao adequado aproveitamento do imóvel desapropriado em razão de não cumprimento de sua função social.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

76. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, atualmente os servidores das entidades de fiscalização do exercício profissional podem ser submetidos a regime jurídico de trabalho contratual, haja vista que referidas pessoas jurídicas, a despeito de ostentar natureza jurídica de direito público, qualificam-se como autarquias especiais.
- II. A Constituição Federal estabelece que o direito de greve do servidor público depende de regulamentação quanto aos seus limites por lei complementar, mas o Supremo Tribunal Federal entende que o referido direito é dotado de eficácia imediata, observado, no que cabível, o disposto na Lei nº 7.783/1989, que dispõe genericamente sobre o exercício do direito de greve.
- III. Dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas, judicialmente autorizadas para produção em investigação criminal ou em instrução processual penal, podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar contra a mesma pessoa em relação à qual foram colhidos, ou mesmo contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessas provas.



- IV. Dentro do prazo de validade do concurso público, a Administração pode escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não pode dispor sobre a própria nomeação, a qual, de acordo com o edital, constitui um direito do concursando aprovado dentro do número de vagas previstas e, dessa forma, um dever imposto ao poder público.
- V. É firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que as normas constitucionais que dispõem a respeito da aposentadoria dos servidores públicos são de absorção obrigatória pelas Constituições dos Estados, de modo que a fixação de idade para a aposentadoria compulsória aos setenta anos não está sujeita à atuação inovadora do legislador constituinte estadual, ou mesmo do legislador municipal.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
(b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
(c) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
(d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, IV e V.
(e) Estão corretas todas as assertivas.

77. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, os Municípios, integrantes que são da Federação, podem cobrar indenização das concessionárias de serviço público em razão da instalação de equipamentos necessários à prestação do serviço de telefonia em faixas de domínio público de vias públicas.
- II. As jazidas minerais subterrâneas e as que afloram à superfície constituem propriedade distinta do solo, e, estejam ou não em lavra, a pesquisa e a lavra dependem, no primeiro caso, de autorização ou concessão da União e, no segundo caso, dos Municípios.
- III. A Lei nº 10.257/2001, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da Política Urbana, disciplinou a usucapião especial de imóvel urbano, assim entendida a área ou edificação de até duzentos e cinquenta metros quadrados, admitindo sua incidência em terras de propriedade dos municípios, desde que haja utilização por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, como moradia de família de baixa renda.
- IV. Os acrescidos de marinha, assim compreendidos somente aqueles que se formarem artificialmente para o lado do mar ou dos rios e lagoas, a partir de 33 metros medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar médio de 1831, são classificados como bens do patrimônio dominical da União.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
(b) Está correta apenas a assertiva III.
(c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
(d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
(e) Nenhuma assertiva está correta.

78. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. As ações de ressarcimento ao erário por danos decorrentes de atos de improbidade administrativa podem ser propostas desde que observado o prazo de cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.



- II. O estado responde objetivamente pelos danos causados pelos seus agentes a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, e, nessa linha, implica responsabilidade do Estado o dano causado por policial militar que, estando de folga, mas fardado, pega carona em veículo de particular e, usando arma da corporação, acaba por feri-lo com tiro.
 - III. As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço de transporte coletivo responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, mesmo em relação aos não usuários do serviço.
 - IV. O Poder Público, ao receber estudante em estabelecimento da rede oficial de ensino, assume o compromisso de velar pela preservação de sua integridade física, devendo empregar todos os meios para preservar a intangibilidade física dos alunos, respondendo por eventuais lesões que eles venham a sofrer, mesmo que decorrentes de agressão perpetrada por colega de classe.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.

79. Considere o seguinte enunciado:

A Diretoria de Apoio aos Negócios e Operações (Dinop) do Banco do Brasil S.A., constatando a necessidade de contratação de serviços de publicidade, na forma de execução indireta, para o Conglomerado Banco do Brasil, inclusive a Fundação Banco do Brasil, toma as providências necessárias e deflagra o certame.

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Como se trata de contratação de serviço de publicidade, a participação no certame será restrita a agências de propaganda.
 - II. Tratando-se de serviço de publicidade, deverá necessariamente ser adotada a modalidade “concorrência” e o tipo de licitação “melhor técnica”.
 - III. Caso algum dos participantes, no desenrolar do certame, sinta-se prejudicado por ato da comissão que acarrete inabilitação, a discussão judicial deverá se dar pela via ordinária, pois incabível mandado de segurança para questionar ato de sociedade de economia mista, que, a despeito de ter capital público (da União), é pessoa jurídica de direito privado.
 - IV. Caso um dos licitantes deixe de apresentar prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), deverá a comissão considerar sua proposta desclassificada, alijando-o do certame.
 - V. Em razão do que foi decidido pelo pleno do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 1923/DF, que consagrou o entendimento de que adjudicação vincula a Administração e assegura direito subjetivo ao licitante no caso de contratos de publicidade, de modo a inviabilizar juízo de conveniência e oportunidade, não pode, a partir dessa fase, a licitação ser desfeita com base em tais fundamentos.
- (a) Está correta apenas a assertiva I.
 - (b) Está correta apenas a assertiva IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.
 - (e) Nenhuma assertiva está correta.



80. Considere o seguinte enunciado:

Desejando construir um imóvel multifamiliar em terreno de sua propriedade, determinada empresa comparece à prefeitura municipal e solicita prática de ato administrativo para viabilizar a obra. De posse da documentação apresentada e após o trâmite de praxe, a autoridade administrativa emite sua manifestação.

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A apreciação da situação pelo servidor público competente, envolvendo juízo sobre ocupação regular do solo e também sobre impacto na vizinhança, pressupõe análise de conveniência e oportunidade, pois, em Direito Administrativo, o interesse público prepondera sobre o particular.
- II. A manifestação do servidor público competente classifica-se como ato administrativo negocial, ou seja, aquele no qual o poder público expede uma declaração de vontade que é coincidente com a pretensão do particular.
- III. Deferido o exercício da atividade material postulada, assume a ação da administração, no caso, natureza definitiva, sendo possível, contudo, o desfazimento mediante revogação no caso de ilegalidade.
- IV. O ato administrativo praticado pelo servidor competente por intermédio do qual a administração faculta ao requerente o exercício de atividade material em razão do preenchimento dos requisitos legais, é denominado licença.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

81. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. O Congresso Nacional exerce controle externo sobre a administração pública federal com auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, entre outras atribuições, a de, por iniciativa própria, realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em unidades do Poder Judiciário.
- II. O modelo federal de organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas fixado pela Constituição Federal é de observância compulsória pelos Estados.
- III. Subverte a ordem constitucional, por ferir o princípio fundamental da separação e da independência dos poderes, a norma estadual que outorga à Assembléia Legislativa o poder de destituir dirigentes de agência reguladora antes do final do período de sua nomeação a termo.
- IV. O limite máximo de remuneração previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal é aplicável não só à administração pública direta, autárquica e fundacional, mas também a todas as empresas públicas e, de forma atenuada, às sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
- V. Empresa pública é pessoa jurídica dotada de personalidade jurídica de direito privado, a qual somente pode ser criada por lei, com capital exclusivamente da União, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.



- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas III e V.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, IV e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

82. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. No âmbito da administração pública federal, é admissível a delegação para a edição de atos normativos, mas a delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- II. Conquanto a atuação da autoridade administrativa não se equipare à da autoridade judicial, é possível em processo administrativo, em caso de risco iminente, a adoção de providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
- III. Em razão do que dispõe a legislação que rege o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, todos os atos administrativos devem ser motivados com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- IV. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, mas da revisão do processo não poderá resultar agravamento da situação.
- V. O direito da administração pública federal de revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

- (a) Está correta apenas a assertiva III.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (e) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.

83. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a servidor investido exclusivamente mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
- II. A nomeação, a promoção, a ascensão e a reintegração são algumas das formas de provimento de cargos públicos previstas na legislação de regência dos servidores públicos civis federais.
- III. No âmbito do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, a recondução, que foi extinta por modificação legislativa ocorrida em 1997, consistia no retorno à atividade do servidor aposentado, no interesse da administração, desde que a aposentadoria tivesse se dado de forma voluntária.
- IV. A ordem constitucional veda qualquer restrição ao acesso a cargos públicos com base em distinção de gênero.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.



84. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. O Poder de Polícia é indelegável, de modo que, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, não pode ser transferido a entidade integrante da administração pública indireta.
- II. O exercício do Poder de Polícia não é necessariamente presencial, pois pode ocorrer a partir de local remoto, com auxílio de instrumentos que permitam à administração examinar a conduta do agente fiscalizado.
- III. A instituição pelos Municípios de taxa de localização e funcionamento de atividade econômica é constitucional, uma vez que sua instituição opera-se em razão de legítimo exercício do Poder de Polícia.
- IV. Ao Presidente da República é possível dispor sobre a organização e o funcionamento da administração pública, quando isso não implicar aumento de despesa, bem como extinguir cargos públicos quando vagos.
- V. O exercício do Poder Disciplinar pelo Estado não está sujeito ao prévio encerramento da *persecutio criminis* que venha a ser instaurada contra o agente perante órgão competente do Poder Judiciário.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas III e V.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, IV e V.
- (e) Estão corretas apenas as assertivas II, III, IV e V.

85. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, é aplicável não somente às entidades de direito público, mas também às empresas públicas, às sociedades de economia mista e a todas as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- II. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que, embora a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tenha natureza jurídica de direito privado, ela é equiparada à Fazenda Pública, de modo que seus bens são impenhoráveis.
- III. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração direta municipal pode ser ampliada mediante contrato que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou a entidade.
- IV. Somente mediante lei específica pode ser criada entidade autárquica nos três níveis da Federação.
- V. A Controladoria-Geral da União integra a estrutura da Presidência da República, sendo órgão de controle interno da União, mas pode fiscalizar a aplicação de verbas federais onde quer que elas estejam sendo aplicadas, mesmo que em outro ente federado.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III, IV e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e V.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.



86. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo aos meios de comunicação de massa colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.
 - II. São princípios básicos da educação ambiental, dentre outros, o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
 - III. São princípios básicos da educação ambiental, dentre outros, a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais.
 - IV. São princípios básicos da educação ambiental, dentre outros, o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.
 - V. A educação ambiental deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas II, IV e V.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e IV.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III, IV e V.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.
87. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. São agrotóxicos e afins, para os efeitos legais, produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e no beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.
 - II. São agrotóxicos e afins, para os efeitos legais, substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.
 - III. Cabe ao Município legislar supletivamente sobre o uso e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins.
 - IV. Compete aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos dos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, legislar sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como fiscalizar o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte interno.
 - V. No exercício de sua competência, a União legislará sobre produção, registro, comércio interestadual, exportação, importação, transporte, classificação e controle tecnológico e toxicológico; controlará e fiscalizará os estabelecimentos de produção, importação e exportação; analisará os produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, nacionais e importados; controlará e fiscalizará a produção, a exportação e a importação.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e V.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II, III e V.
 - (d) Estão corretas todas as assertivas.
 - (e) Nenhuma assertiva está correta.



88. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. Estão sujeitas à observância da Lei nº 12.305/2010 as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos, sendo que a referida lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.
 - II. Para os efeitos da Lei nº 12.305/2010, entende-se por área órfã contaminada a área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.
 - III. Para os efeitos da Lei nº 12.305/2010, logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
 - IV. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação, que é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993.
 - V. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos da Lei nº 12.305/2010 ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - (b) Estão corretas apenas as assertivas IV e V.
 - (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
 - (e) Estão corretas todas as assertivas.
89. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. O processo administrativo para apuração de infração ambiental prevê prazo máximo de 15 (quinze) dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação.
 - II. O prazo para a autoridade competente julgar processo administrativo ambiental será de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do prazo para a apresentação da defesa ou da impugnação.
 - III. É de 15 (quinze) dias o prazo para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), ou à Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação.
 - IV. O prazo para pagamento de multa administrativa pelo infrator de norma ambiental será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da respectiva notificação.
 - V. Do processo administrativo por infração ambiental pode advir a pena restritiva de direitos consistente na proibição de o infrator contratar com a Administração Pública pelo período não superior a 2 (dois) anos.



- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, IV e V.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

90. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. É obrigatória a averbação da reserva legal no Cartório de Registro de Imóveis.
- II. Matas de encostas, topos dos morros e áreas com altitude superior a 1800m (um mil e oitocentos metros) não podem ser exploradas para atividades econômicas.
- III. A Lei nº 12.651/2012 cria o conceito normativo de área rural consolidada.
- IV. Apicuns e salgados são planícies salinas integrantes do conceito legal de Área de Proteção Permanente.

- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

91. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. É da União a atribuição de licenciar atividades de transporte de material radioativo ou que utilize energia nuclear.
- II. É dos Estados-membros o controle ambiental sobre o transporte marítimo de produtos perigosos.
- III. Na Declaração Universal sobre Genoma e Direitos Humanos, cada sujeito é colocado na condição de titular de direito sobre o genoma, sendo-lhe exigido o consentimento para acesso a esse bem.
- IV. Constitui crime a comercialização de células-tronco embrionárias.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas II, e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

92. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A jurisprudência prevalente aponta que a responsabilidade objetiva na reparação do dano pelas empresas poluidoras não se estende ao patrimônio pessoal de seus gestores, salvo dolo ou culpa grave.
- II. Não serve a Ação Civil Pública para a proteção de direitos ambientais, pela inexistência de tutelados identificáveis.
- III. Pode o termo de ajustamento de conduta ser proposto pelo Ministério Público ou por órgãos ambientais como o Ibama e as Secretarias Municipais de Meio Ambiente.
- IV. Considera-se Área de Preservação Permanente (APP) a vegetação nativa às margens de rios, lagos e nascentes, tendo como parâmetro o nível de cheia.



- (a) Está correta apenas a assertiva II.
- (b) Está correta apenas a assertiva III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (e) Nenhuma assertiva está correta.

93. Dadas as assertivas abaixo, segundo a Lei nº 12.651/2012, assinale a alternativa correta.

- I. Considera-se área de preservação permanente, em zonas rurais ou urbanas as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima variável entre 30 (trinta) e 500 (quinhentos) metros.
- II. Considera área de preservação permanente as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de 100 (cem) metros em zona rural, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros; localizados os lagos e as lagoas em zona urbana, a largura mínima da área de preservação permanente será de 30 (trinta) metros.
- III. Considera área de preservação permanente as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; os manguezais, em toda a sua extensão; e as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- IV. Permite a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente constituída por restingas, como fixadoras de dunas ou em manguezais, a ser autorizada, excepcionalmente, em locais onde a função ecológica do manguezal esteja comprometida, para execução de obras habitacionais e de urbanização, inseridas em projetos de regularização fundiária de interesse social, em áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda.
- V. Considera de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico; formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias; assegurar condições de bem estar público; ou auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares.

- (a) Estão corretas apenas as assertivas I e V.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e V.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III, IV.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

94. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A imunidade de jurisdição reconhecida aos agentes diplomáticos é diversa da reconhecida aos agentes consulares.
- II. Na zona contígua brasileira, que se estende das doze às vinte e quatro milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial, o Brasil poderá adotar as medidas de fiscalização necessárias para reprimir as infrações às leis e aos regulamentos, no seu território ou no seu mar territorial.



- III. A renúncia à imunidade de jurisdição de agente diplomático, no tocante às ações cíveis ou administrativas, implica renúncia à imunidade quanto às medidas de execução da sentença.
- IV. O Estado que nega a concessão de um *exequatur* não está obrigado a comunicar ao Estado que envia os motivos da recusa.

- (a) Está correta apenas a assertiva IV.
- (b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

95. Assinale a alternativa correta.

- (a) No âmbito da Organização das Nações Unidas, as decisões da Assembleia Geral, em questões importantes, serão tomadas por maioria de três quintos dos membros presentes e votantes.
- (b) De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), excepcionalmente, admite-se a expulsão coletiva de estrangeiros.
- (c) São organizações internacionais com vocação universal e atuação especializada: a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial de Saúde, a Organização para a Alimentação e Agricultura, o Fundo Monetário Internacional e a Anistia Internacional.
- (d) A estrutura da Organização Internacional do Trabalho compreende uma Conferência Geral e um Conselho de Administração, ambos compostos por representantes dos Estados-membros, cujas deliberações são tomadas por maioria absoluta.
- (e) As organizações internacionais diferenciam-se das organizações não governamentais, porque estas, em geral, são regidas em sua constituição pelo direito interno do país, ou dos países, em que estão constituídas e registradas e têm suas sedes legais.

96. Assinale a alternativa correta.

- (a) A responsabilidade dos Estados em matéria de proteção internacional do meio ambiente é comum, porém, diferenciada.
- (b) O Supremo Tribunal Federal é o órgão competente para apreciar o recurso interposto por pessoa jurídica de direito privado domiciliada no Brasil contra decisão que lhe foi desfavorável, quando o litígio envolver organismo internacional.
- (c) O português equiparado ao brasileiro não pode exercer direitos políticos no Brasil, porque é exigível, para esse fim, a condição de brasileiro nato ou naturalizado.
- (d) O estrangeiro deportado do Brasil somente poderá retornar ao país depois de transcorridos cinco anos da data da decisão que determina a deportação.
- (e) As medidas repressivas ou sancionatórias que visam à implementação das obrigações internacionais dos Estados podem consistir em: a) transferência de recursos financeiros, para compensar custos de implementação de obrigações ou aquisição de tecnologia; b) transferência de tecnologia; ou c) troca de experiências, intercâmbios de profissionais, custeio de pesquisas.



97. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

- I. A sentença arbitral estrangeira é obrigatória, porém, por si só, não possui força executória no Brasil.
- II. Ao contrário das normas de *jus cogens*, as normas de *soft law* não são obrigatórias, nem influenciam a formação de costumes internacionais, dado o seu caráter eminentemente político.
- III. A regra segundo a qual os navios em alto-mar devem submeter-se à jurisdição exclusiva do Estado do pavilhão não comporta exceção.
- IV. O estatuto pessoal de um refugiado será regido pela lei do país de seu domicílio, ou, na falta de domicílio, pela lei do país de sua nacionalidade.

- (a) Está correta apenas a assertiva I.
- (b) Está correta apenas a assertiva IV.
- (c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- (d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (e) Estão corretas todas as assertivas.

98. Relativamente ao que estabelece a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 496, de 17 de julho de 2009, assinale a alternativa correta.

- (a) O Estado-parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, inexistindo regra expressa de exceção.
- (b) A nulidade, a extinção ou a denúncia de um tratado eximem o Estado do dever de cumprir a obrigação nele prevista, ainda que se trate de norma à qual o Estado estaria sujeito em virtude do Direito Internacional.
- (c) Uma reserva, ainda que expressamente autorizada pelo tratado, só será eficaz se houver aceitação posterior pelos demais Estados contratantes.
- (d) Um tratado que não contém disposição relativa à sua extinção nem prevê denúncia ou retirada não é suscetível de denúncia ou retirada, a não ser que: a) se estabeleça terem as partes tencionado admitir a possibilidade da denúncia ou da retirada; ou b) um direito de denúncia ou retirada possa ser deduzido da natureza do tratado.
- (e) Salvo disposição em contrário, uma reserva anteriormente formulada pode ser retirada a qualquer momento, desde que haja o consentimento do Estado que a aceitou expressamente.

99. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (a) A capacidade para exercer o comércio e para intervir em atos e contratos comerciais é regulada pela lei do domicílio de cada interessado.
- (b) É competente a autoridade judiciária brasileira quando o réu for brasileiro, ainda que não domiciliado no Brasil.
- (c) Os governos estrangeiros e as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação.
- (d) A prescrição aquisitiva de bens móveis ou imóveis é regulada pela lei do lugar em que estiverem situados.
- (e) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.



100. Relativamente ao Mercosul, assinale a alternativa correta.

- (a) O laudo do Tribunal Arbitral *Ad Hoc* poderá ser revisto pelo Tribunal Permanente de Revisão, exclusivamente em questões de direito objeto da controvérsia e interpretações jurídicas, exceto se for emitido com base nos princípios *ex aequo et bono*.
- (b) O Tratado de Assunção conferiu ao Mercosul personalidade jurídica de Direito Internacional.
- (c) As controvérsias que surjam entre os Estados-partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento de atos normativos do Mercosul deverão ser solucionadas segundo os procedimentos estabelecidos no Protocolo de Olivos, não podendo ser submetidas a outro sistema de solução de controvérsias.
- (d) De acordo com o Tratado de Assunção, o Grupo Mercado Comum é integrado por membros dos Estados-partes que representam os seguintes órgãos: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia ou seus equivalentes e Casa Civil.
- (e) A Comissão Parlamentar Conjunta é o órgão encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum, assegurando a aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados-partes.